

O PORTO - A FORMAÇÃO DA URBE ENTRE O SÉCULO XII E O SÉCULO XVIII¹

O Porto - The urban formation between the twelfth and the eighteenth century

João Laranja Queirós²

Resumo: O presente texto pretende abordar as transformações urbanas ocorridas na cidade do Porto entre o século XII e o século XVIII. Procuramos centrar o registo dessas alterações em quatro grandes vectores: a ocupação e delimitação espacial, a formação da malha urbana, o aforamento privado e o espaço urbano, e o crescimento extramuros e a consolidação do edificado.

Palavras chave: Cidade. Urbanização. Centro histórico do Porto.

Abstract: This paper purposes to address the urban transformations that occurred in the city of Porto between the twelfth and the eighteenth century. We intend to focus the registration of these changes in four main areas: occupation and spatial boundaries, the formation of the urban, private tenure and urban space, and the extramural growth and the consolidation of urban space.

Key Words: City, Urbanization. The historic centre of Porto.

1. OCUPAÇÃO E DELIMITAÇÃO ESPACIAL: DA MURALHA ROMÂNICA À MURALHA FERNANDINA

No período de viragem do século XI para o século XII, as informações sobre a cidade do Porto são escassas, no entanto, a partir de 1120, surge um conjunto de acontecimentos³ e de documentos que nos permitem detalhar uma parte da história de extrema relevância, até à fundação do Condado Portucalense.

Na sequência de um período económico muito favorável na Europa, e de D. Hugo ter recebido o couto de Portucale da condessa D. Teresa, e posteriormente este ter concedido a carta de foral ao burgo, deu-se início a uma nova fase de renovação urbana. Nesse período são consolidadas ruas e espaços públicos que ainda hoje perduram, assim como se terá iniciado a reconstrução da muralha de defesa em torno do morro da Penaventosa.

A atribuição de uma data ao início da construção desta muralha não é clara, uma vez que já existiam referências sobre uma estrutura defensiva aquando da passagem pelo Porto dos cruzados ingleses em 1147, que tinham vindo auxiliar D. Afonso Henriques na conquista da cidade de Lisboa aos Mouros. O referido documento, uma carta, informava que a muralha teria sido reconstruída por volta do ano 1067, oitenta anos antes da sua passagem pelo Douro.

Esta cintura procurava delimitar o burgo que, no seu início, era constituído por uma pequena ermida (zona do terreiro da Sé) e por um conjunto de edifícios dispostos em torno desta. Mais tarde, seria nessa zona que se viria a construir durante os séculos XII e XIII, a Sé, em substituição

1 Fecha de recepción: 2013-09-20; Fecha de revisión: 2013-10-30; Fecha de aceptación: 2013-10-30; Fecha de publicación: 2014-03-20.

2 Licenciado em Arquitectura. Professor Assistente na Faculdade de Arquitectura e Artes. Universidade Lusíada do Porto, Rua Doutor Lopo de Carvalho, 4369-006 Porto, Portugal. e-mail: joaolaranjaqueiros@gmail.com.

3 Em 18 de Abril de 1120, a rainha D. Tareja, doou o burgo portucalense e o seu couto à Sé. O bispo D. Hugo, que terá sido *archidiaconus* de Santiago de Compostela em 1123, deu por sua vez o foral ao seu burgo e determinou quais as instituições municipais que se deveriam reger.

da ermida, assim como o paço episcopal no século XIV. Além disso, era em torno deste local que se encontrava o maior aglomerado populacional, bem como um conjunto de equipamentos públicos, como o mercado junto à Sé, o açougue do bispo, e a sinagoga das Aldas.

A importância da muralha não era só por questões militares mas também por questões de fiscalidade⁴, de delimitação administrativa, e de controle da entrada e saída da população, bem como de mercadorias e de animais. Nesse sentido, a carta de foral⁵ de D. Hugo, de 1123, estabelecia um conjunto de regras que tinham como grande objectivo fomentar o desenvolvimento da cidade e regulamentá-la, uma vez que o burgo lhe pertencia. Além disso, estabeleceu um conjunto de impostos relacionados com a propriedade e com operações de edificação⁶.

Para além desta regulamentação existiam outras questões⁷ que tinham como intenção regular o quotidiano da população. Para que se tenha um enquadramento mais esclarecedor do tipo de habitantes que circulavam pelas ruas medievais do Porto nos finais do século XII, apoiamos o nosso texto na descrição de Osório. Nesse período, não existia só a população autóctone a ocupar as ruas do burgo, também podíamos encontrar escravos, povos de outras regiões e etnias que transportavam mercadorias oriundas de outros continentes⁸.

Nesse sentido, a muralha era uma estrutura fundamental para o controle dos acessos das pessoas, dos animais e das mercadorias ao burgo. Esta tinha o perímetro de aproximadamente 750 metros, protegia uma área de cerca de 4 hectares, o que tornava o burgo, segundo Artur Magalhães de Bastos⁹, num espaço “acanhadíssimo”.

Nessa robusta cintura desenhavam-se quatro portas: a porta de Santa Ana; a porta da Mentira; a porta da Vandoma e a porta de São Sebastião. A porta de Vandoma localizava-se em frente à actual Rua Chã, e era a mais nobre e com maior largura, por isso era a única que permitia a entrada de carroças e de carros. A porta de S. Sebastião situava-se próxima da antiga Casa da Câmara. A porta de Sant’Ana ou Arco de Sant’Ana, na Idade Média também conhecida por o Portal, encontrava-se na Rua de Sant’Ana. E por fim, a porta das Mentiras, a partir do século XIV denominada porta de Nossa Senhora das Verdades, que se situava nas Escadas das Verdades.

.....

4 A muralha, para além de servir como protecção, permitia ao mesmo tempo, através das suas portas, efectuar o controle mercantil e “apenas dar carga a quem trouxesse carga; acrescentando-lhe a imposição de as mercadorias estratégicas serem obrigatoriamente encaminhadas para armazéns e definindo claramente privilégios comerciais para vizinhos e não vizinhos”. BARROS, A. J. M., *O Porto, o monopólio do sal e a estruturação da economia mercantil: séculos XIII-XV*, Porto: Universidade do Porto e Instituto de História Moderna, 2008, p. 29.

5 *Foral dado ao Porto por D. Hugo; e doações que lhe fez a Sñr^a D. Tereza e seu filho o Sñr. D. Afonso Henriques; e também a Carta de Couto da Igreja de Cedofeita, e Confirmações posteriores da mesma. Tudo ordenado, traduzido, anotado, e oferecido aos habitantes do Porto*, Porto: Typografia de Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1822. Disponível em <http://purl.pt/6420>, [consultada a 18/09/2013].

6 “1.º O pagamento de hum soldo pela edificação de cada casa edificada no burgo; 2.º A licença do bispo, ou do seu meirinho, na venda da casa; 3.º A preferência do bispo, ou do seu meirinho, quando se realizar a venda da casa por aquele que sair do burgo; 4.º O pagamento da quarta parte do vinho que produzem as vinhas plantadas fora do muro; 5.º O outro pagamento da quarta parte que deve ser satisfeito pelos que arrotearem os montes ou vales, a fim de ficarem senhores perpetuamente”. *Ibidem*, pp. 14-17.

7 Existiam regras que procuravam regulamentar a tributação do sal, a isenção de portagem na entrada de pão no burgo e estabelecer uma hierarquia aos produtos animais, tendo como propósito estimular o desenvolvimento da cidade. *Idem*.

8 OSÓRIO, M. I. N. P., *Cidade, plano e território: urbanização do plano intra-muros do Porto: séculos XIII-1ª metade XIV*, Porto: Universidade do Porto, 1994, p. 156.

9 BASTO, A. de M., «O Porto Medieval, Ensaio Histórico-Topográfico», em VVAA. *Memorias de Comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval*, Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, Secção de Congressos, 1940, pp. 677-708.

Na viragem do século XII para o século XIII o burgo era um espaço acanhado dominado pelo clero, que detinha os edifícios de maior relevo e tentava a “todo o custo manter o seu monocentrismo urbano”¹⁰. No entanto, no decorrer do século XIII, as trocas comerciais e marítimas incrementaram o aumento da população dentro e fora do burgo. Assim, nos finais do século XIII, a cidade vai crescendo em torno de dois pontos principais, o morro da Sé onde está instalado o poder clerical secular, e a zona ribeirinha local de negociantes e burgueses. A ligação entre estas duas zonas dá-se através de uma malha urbana de cariz orgânico que os interliga. A rua “Detrás da Sé”, actual Rua D. Hugo, era provavelmente um dos percursos mais antigos, cruzando a muralha na porta das Mentiras, actual porta das Verdades, e chegava à zona ribeirinha descendo as Escadas do Barredo. O seu traçado era íngreme, sinuoso e de grande dificuldade para proceder ao transporte de mercadorias da cota baixa para a cota alta. Por essa razão, o trajeto Rua dos Mercadores, Rua da Bainharia, Rua Escura, porta de São Sebastião, era comercialmente o mais utilizado. Além destes dois núcleos importantes surgem mais três zonas com forte ocupação de edificado: o primeiro, o caminho do burgo em direcção ao rio, designado de Rua Nova (actual Rua Escura), o segundo a zona do Chã das Eiras e por fim o caminho de Santo Ildefonso.

Desta forma a cidade gótica organiza-se em torno do comércio e do crescente domínio de uma sociedade burguesa, consequência de uma dinâmica própria que tem na agricultura, no comércio local e marítimo, e no artesanato os pilares do crescimento. Durante este período o crescimento da cidade expande-se à medida que a população vai aumentando, e o espaço intracerca vai-se tornando pequeno e saturado. As ocupações com edificado vão-se fazendo ao longo dos caminhos que tomam as direcções das portas da muralha, assim como nos arrabaldes ocupados por judeus e muçulmanos. Além disso, as construções dos conventos na zona da Ribeira bem como a necessidade de protecção e a vontade do bispado de controlar as transacções¹¹ comerciais e marítimas justificam a necessidade da construção de uma nova cintura de muralha.

É no período do reinado de D. Afonso IV que se dão início aos trabalhos de construção de uma nova muralha. Esta nova cintura alargava a zona de protecção, de cerca de 4 hectares para quase 45 hectares, aumentando cerca de 12 vezes a área amuralhada. Sendo o Porto a segunda maior cidade do reino, em termos de importância, é a quarta cidade em termos de dimensão, ficando abaixo de Lisboa, de Évora e de Santarém¹².

Em 1370, durante o reinado de D. Fernando I, termina a construção da muralha que viria a designar-se de muralha fernandina. Esta nova muralha de traçado geométrico tinha o perímetro de cerca de 3.000 passos (2.600 metros), uma altura de 30 pés (9 metros), o topo era acabado com recorte de ameias salientes, e em determinados pontos tinha cubelos, torres elevadas, portas e

.....
10 ELEUTERIO, D. A., «Algumas considerações acerca da arquitetura civil portugalense», *Architecton. Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 2012, vol. 2, nº 1, p. 59.

11 O sal torna-se num produto de interesse estratégico e o senhorio do Porto, o bispo, trata de o legislar. Invocando os interesses da cidade, tratou de obter do rei a permissão para o desmantelamento de todo o complexo de marinhas (20 de Julho de 1392) ao redor do burgo. O abastecimento de sal à região passaria a ser assegurado pelo salgado de Aveiro, que seria o centro fornecedor preferido durante séculos. Ver mais em: BARROS, A. J. M., *O Porto, o monopólio do sal ... op.cit.* p. 17.

12 DE SOUSA, A., «Tempos Medievais», em RAMOS, L. A. de O. (ed.), *História do Porto*, Porto: Porto Editora, 2000, pp. 154-155.

postigos. Com base nas vereações de 1401-1449, em 1402¹³ foram descritas oito portas e quatro postigos; no entanto, sabe-se que essa lista não estava completa. Ao todo existiam dezassete aberturas: a porta Nova ou Nobre (inicialmente de Miragaia), o postigo dos Banhos, o postigo da Lingueta, o postigo da Alfândega ou do Terreirinho, o postigo do Carvão (o único que sobreviveu até hoje), a porta da Ribeira, o postigo do Pelourinho, o postigo da Forca, o postigo da Madeira, o postigo da Lada ou da Areia, a porta do Sol (inicialmente postigo do Carvalho do Monte ou do Penedo), a porta do Cimo de Vila, a porta de Carros (inicialmente apenas postigo), a porta de Santo Elói (inicialmente postigo do Vimial), a porta do Olival, a porta das Virtudes (inicialmente apenas postigo) e o postigo de São João Novo ou da Esperança.

Esta nova muralha (1350-1370), ao estabelecer novos limites ao burgo, estrutura a cidade segundo dois percursos bem definidos: o primeiro, liga a praça da Ribeira à porta de Cimo de Vila passando pela zona da Sé, o outro conecta a Rua da Reboleira à porta do Olival, ligando o largo de S. Domingos à saída norte e o oeste da cidade. Além disso, percebe-se claramente a importância do rio Douro e de toda dinâmica comercial e marítima que o Porto nessa época detém, patente no número elevado de aberturas voltadas para o rio que a muralha possui: nove.

Para além das aberturas já referidas anteriormente, as portas de Cimo de Vila (Batalha) e a do Olival, “guarnecidas de quadradas torres”¹⁴, estabeleciam a ligação com as saídas a norte da cidade.

O número de portas e nomes, alteraram-se ao longo dos tempos à medida que a cidade e as suas necessidades se transformavam. Desta feita, o postigo do Carvalho, contíguo ao convento de Santa Clara, que surgiria no século XV, passou a designar-se de porta do Sol. O postigo de Santo Elói, em conjunto com o postigo dos Carros, justamente onde estavam implantados o convento de Santo Elói e o convento de Avé Maria, passaram a portas e tornaram-se nas saídas mais importantes da cidade a partir do século XVIII. Já o convento de S. João Novo (1592) que tinha como acesso mais directo ao exterior da muralha a porta da Esperança, bem como a porta das Virtudes, inicialmente postigo, servia de acesso ao passeio com o mesmo nome. Não sendo exacto o número de portas e de postigos que existiram, sabe-se que o número de aberturas nunca foi menor que 17 (4 portas e 13 postigos)¹⁵.

2. A FORMAÇÃO DA MALHA URBANA

No Porto, e durante alguns séculos, a topografia e o espaço rural tiveram um contributo assinalável na definição do traçado dos caminhos. Se durante o início da instalação, e quase durante um milénio, a ocupação espacial resumiu-se ao morro da Penaventosa e à zona da Ribeira, na viragem do primeiro milénio tem início um crescimento urbano sustentado na independência de Portucale.

Assim, nos princípios do século XII, com o crescimento da cidade, dois caminhos passam a ter uma importância relevante. O primeiro, tem a sua origem na zona da Sé e vai descendo

.....
13 Saber mais em: RAMOS, L. A. de O. (ed.), *História do Porto ... op.cit.*

14 DA COSTA, A. R., *Descrição topográfica, e histórica da Cidade do Porto*, Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro, 1789, p. 22.

15 RAMOS, L. A. de O. (ed.), *História do Porto ... op.cit.*

através das ruas hoje designadas por Rua Escura, Rua da Bainharia, Rua dos Mercadores, que acompanhando o declive do terreno se posicionam paralelamente ao rio da Vila, desde a porta de S. Sebastião, até ao Douro. O segundo caminho que se destaca tem o início na actual Rua Chã e toma a direcção de Santo Ildefonso.

A reconstrução da primeira muralha, no século XII, fruto da reconquista aos Mouros, vai conferir a alguns desses caminhos, justamente nos locais das portas, mais significado, transformando-os em ruas. Desta forma o percurso Rua Escura, Rua do Souto passa a juntar-se aos anteriores e passa a ser o caminho utilizado para tomar direcção de Braga.

Já no início do século XIII, o burgo assentava o seu desenvolvimento em três polos: o morro da Penaventosa, a zona de Miragaia, e a zona da Ribeira, sendo que esta última era a zona de maior actividade comercial, não obstante D. Sancho I (1154-1211) ter dirigido uma carta ao bispo do Porto propondo que o clero promovesse a instalação de um mercado em frente à porta da Sé, com o objectivo de tornar o interior da cerca velha mais povoado e com maior actividade comercial. Por conseguinte, a zona da Ribeira, para além das ruas que ligam ao morro, é conectada ao polo de Miragaia através da Rua da Fonte Taurina e da Rua da Reboleira.

No segundo quartel do século XIII, com a construção do mosteiro de S. Francisco (1233) na zona da Ribeira, justamente no caminho da rua da Fonte Taurina, e com a construção do convento de S. Domingos (1239-1245) um pouco mais a nascente, passa a Rua da Banharia a ligar-se à actual rua de Belmonte, formando um pequeno largo diante do respectivo convento. Estas construções no Vale da Vila, apoiados pelo poder real – contra a vontade inicial do cabido da Sé pela perda de receita que tal implicava – introduziram uma nova dinâmica na expansão urbana na cidade, estimulando a construção de novos edifícios e novas artérias. Grande parte dessa dinâmica era motivada pelas doações, a estas ordens mendicantes, que as gentes mais abastadas da cidade concediam. Desta maneira o burgo tornava-se numa sociedade mais aberta, afastando-se da cintura de controle que o cabido isoladamente detinha. As zonas das hortas, das noras, e das casas de curtumes que ocupavam o Vale da Vila, passavam agora, com as novas ruas, a permitir a construção de novos edifícios, onde se instalavam artesões e mercadores, estimulando assim a formação de novos centros de poder económico, religioso e cultural.

Saliente-se que a importância da zona ribeirinha é tanta para as trocas comerciais, que em 1325 D. Afonso IV (1291-1357) manda construir o “almazém” régio. Mais tarde, a nascente do mesmo edifício, passa a funcionar a Casa da Moeda atrás da torre da Alfândega, assim como são construídos novos edifícios de serviços da Coroa como o paço de Tabeliães na praça do Rossio (Largo do Terreiro) e a Contadoria da Fazenda na esquina da Rua Nova (Rua Infante Dom Henrique) com a actual Rua da Alfândega. Desta feita, a Praça do Rossio e a Rua da Alfândega assumem uma tal importância que mais tarde, durante a década de noventa do século XIV, é reforçada pela abertura da Rua Nova¹⁶.

A construção desta nova rua do Porto, que demorou cerca de cem anos a ser executada, teve o seu início nos finais da última década do século XIV, sendo que em 1395 D. João I apresentara um proposta de alargamento. Com isso, esta operação urbanística geraria um novo polo de fixação démico.

.....
 16 A designação de Rua Nova já existia, sendo atribuída à Rua Escura, no entanto esta cedera o seu nome à Rua Nova de que D. João I tanto gostava designando-a “...a minha Rua Formosa...”; assim durante algumas décadas foi designada de Rua Nova ou Rua Formosa.

Esta nova via tinha o seu início na Rua dos Mercadores e terminava próximo da escadaria da Igreja de S. Francisco, cruzando a Rua da Alfândega e a Rua das Congostas. O que a tornava singular para a época, era a forma como tinha sido concebida, bem como a sua larga dimensão¹⁷. Nesse período, uma rua com cerca de dezanove metros de largura, e sobretudo de traçado regular, não era um procedimento comum. Chegou mesmo a ser insinuada a designação de praça por Frei Manuel Pereira Novais¹⁸.

Assim, com este novo traçado, D. João I conjugava a sua vontade¹⁹ com a necessidade de expansão da cidade²⁰, criando um novo eixo mais adaptado à actividade comercial e a uma nova centralidade, dando-se início a uma verdadeira operação urbanística, onde nos anos subsequentes se iriam instalar artesões e uma destacada parte da burguesia portuense. Note-se que mais tarde, durante o século XVI, a importância desta rua é tal (como símbolo de planeamento) que a porta de Miragaia ou porta Nova altera a sua designação para porta Nobre, e é através dela que as mais altas figuras do clero ou da realeza desembarcam na cidade, tornando-se, como é referido por Ramos²¹, num espaço de referência habitacional, de comércio e da vida social.

Por conseguinte, o Porto no início do século XV alarga-se para além do contido e primitivo burgo muralhado e centrado em torno da Sé²². Apesar da abertura da Rua Nova o restante traçado urbano era bastante rudimentar. A deslocação do centro da actividade económica para a Ribeira e o largo de S. Domingos evidencia as infraestruturas obsoletas e antiquadas. O urbanismo era irregular e arcaico²³, composto por ruas sinuosas e estreitas definidas pela edificação dos antigos caminhos, cheios de escadas e declives que terminavam em largos e pequenas praças.

No segundo quartel do século XV²⁴, são construídos dois novos conventos, o convento de Santa Clara (1457), próximo do postigo do Carvalho do Monte ou Penedo (mais tarde porta do Sol) e numa zona mais distante da Sé, o convento de Santo Elói (1490), junto ao postigo do Vimial (mais tarde porta de Santo Elói). Além disso, o percurso desde a Sé até à porta do Olival, definido pela Rua Escura, Rua do Souto, Rua Afonso Martins Alho e rua dos Caldeireiros, vai

.....

17 “[...] la rue médiévale commune, celle qui, en beaucoup d’endroits, assure les principales liaisons [...] se situe à niveau inférieur aux précédents, entre 2 et 5 m seulement”. LEGUAY, J. P., *La Rue au Moyen Âge*, Rennes: Ouest France, 1984, p. 12.

18 “[...] por la anchura que más viene a ser plaza que calle [...]”. DE NOVAES, M. P., *Anacrisis historial: del origen i fundacion i antigüedad de la mui noble y siempre leal ciudad de o Porto* Porto: Typ. Progresso de D. A. da Silva, 1912-1915, vol. III. Cit. PACHECO, H., *Porto*, Lisboa: Presença, 1984, p. 88.

19 Como refere AMARAL C. L. e DUARTE L.M., *Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista*, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1985, pp. 48-49 (conclusão): “[...] a Coroa pouco mais possuía, no burgo portuense, do que a Alfândega. Com as rendas das casas recém-construídas haverá o monarca de pagar ao bispo a compra do senhorio da cidade [...]”.

20 “O desenvolvimento do porto fluvial, a frequente estadia de estrangeiros e o nascimento de uma nova burguesia mercantil estimularam o rei para a construção de uma artéria luxuosa, regularizadora [...]”. REAL, M. e TAVARES, R., «Introdução Histórica ao Plano. Síntese preliminar», em VVAA., *Plano Geral de Urbanização. Opções ao Plano*, Porto: Gabinete de Planeamento Urbanístico, 1984, p. 7.

21 RAMOS, L. A. de O. (ed.), *História do Porto ... op.cit.* pp. 160-170.

22 A este respeito ver: DE SOUSA, A., «Tempos Medievais» ... *op.cit.*

23 *Idem.*

24 No século XV Portugal encontrava-se no seu momento de ouro, destacando-se dos restantes países da Europa. Dominava as técnicas de navegação, a ciência, as letras, e enriquecia fruto da sua expressão no mundo. Na cidade do Porto, emergiam reflexos deste momento materializados nas novas intervenções urbanas no burgo.

sendo ocupado por edifícios e passa a ser, a par da zona ribeirinha, um dos eixos intracerca fernandina com maior densidade de construção.

Apesar deste período de transformação, a muralha mantém-se, entre os séculos XV e XVI, como elemento estruturante da cidade, típico dos burgos medievais. Mantendo as suas condições de protecção, quer por questões de defesa, em caso de ataques militares, quer por questões de controle sanitário controlando as entradas e saídas, num período em que começam a surgir os rumores da peste bubónica²⁵.

No decorrer do século XVI, a dinâmica urbana alargava-se à zona do Olival, passando a cidade a estender-se para a zona poente. Para isso contribuíram inicialmente as intervenções no reinado de D. João I, instalando dentro da cerca, na zona de Belmonte, uma judiaria. No entanto, um século mais tarde, o rei D. Manuel I permite a entrada dos Judeus expulsos de Castela e Leão, e autoriza a estadia da família do grande rabino Isaac Aboab na zona do morro da Vitória, com cerca de trinta famílias. O mesmo D. Manuel I, mais tarde, acaba por expulsar do País alguns destes membros, convertendo os outros ao cristianismo. Esta atitude, acaba por potenciar um centro de expedientes comerciais, com contactos na comunidade judaica espalhada um pouco por toda a Europa, mas com maior incidência em Flandres, Itália, Turquia e Norte de África.

Com toda a dinâmica comercial gerada, D. Manuel I toma o patrocínio da construção do convento de São Bento de Avé Maria, em 1518, nos terrenos da Mitra, junto à porta dos Carros, onde mais tarde a sua filha é incorporada como abadessa. Desta forma, o poder régio reduz mais uma vez a influência do Bispado no burgo. Na sequência desta intervenção e do crescimento das actividades económicas e da população, que provocavam a saturação das estreitas, inclinadas e tortuosas ruas medievais do velho burgo, em 1521 o Venturoso manda construir uma nova rua denominada de Rua das Flores de Santa Catarina que irá unir o Largo de S. Domingos à porta dos Carros²⁶.

Com esta nova rua, além de permitir aliviar e facilitar a circulação entre a cota baixa e a cota alta da cidade, passaria a existir um novo espaço de expansão urbana rectilíneo e desafogado, introduzindo um cunho renascentista à velha estrutura medieval. Por outro lado, além de estabelecer uma nova referência na malha urbana, introduzia também uma regulamentação detalhada sobre o tipo de construção e o distanciamento entre os dois lados da rua, garantindo sempre a boa visibilidade do conjunto das fachadas, assim como do convento de Avé Maria, ainda em construção, que passaria a estar devidamente enquadrado e valorizado na perspectiva de quem subiria este novo eixo. Não menos importante, estabeleceu uma imagem de cidade mais moderna e organizada, e com isso capitalizou a burguesia que estava a crescer na época, e também a aristocracia, que durante um largo período de tempo não era autorizada a pernoitar dentro do espaço amuralhado. Esta nova burguesia não estava só associada à administração camarária mas também ligada a homens que enriqueceram com os seus negócios, desde mestres, caldeireiros, serralheiros, pedreiros, e ainda os cristãos-novos que tinham conexões com outros países, sobretudo com a Flandres.

.....
25 MACHADO, M. de F. P., «A praça da Ribeira no Porto manuelino», *Revista de Faculdade de Letras-História*, 1997, série I, vol. 14, pp. 231-246.

26 “[...] poder passar serventia do Mosteyro Novo que Sua alteza mandou fazer e assy para dita cidade pello cressimento em que ella vay a Deos Louvores [...]”. AFONSO, J. F., *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, Porto: FAUP-Publicações, 2000, p. 82. Disponível em <http://www.comerciovivomouzinhoflores.com/historia/> [consultada a 18/09/2013].

Um dos aspectos importantes na abertura desta nova via foi o retomar do papel do clero enquanto agente dinamizador urbano, papel que tinha desempenhado durante os séculos XII e XIII. Nesse sentido a actuação da Mitra foi fundamental. A operação urbanística desencadeada no processo de parcelamento estabeleceu uma nova definição para o lote, assim como, numa perspectiva arquitectónica, introduziu ritmo, regra e alguma regularização nas fachadas, com vãos retangulares, orlas a cantaria de granito e que se repetiam nos pisos superiores. Além disso, definiu a localização do quintal e os jardins nas traseiras, ocultando as partes menos nobres dos lotes. Desta forma, este tipo de emparcelamento estabeleceu uma tipologia tipo que acabou por ser referência e vingar em toda a cidade. Aspectos que, em 1548, João de Barros comentava a propósito da edificação; “[...] as casas destas Ruas tem todas quintais e jardins mui frescos e hortas que quasi tem agoa com que se Regão [...]”²⁷.

No entanto, a intenção de tornar esta via como um símbolo de desenvolvimento para a época não se revelava só pelos edifícios, mas também porque, em 1542, a rua foi mandada calcetar por ser considerada a mais nobre e importante de toda a cidade. Com estas melhorias, as lojas mais requintadas foram atraídas para aí se instalarem vendendo especiarias, sedas, fazendas, ouro e prata.

Apesar deste contexto edificante crescente, e de existirem zonas bastante povoadas como o interior da velha cerca, a zona de Santo Ildefonso e a Ribeira, ainda existiam traços de ruralidade, como o Olival, Laranjal, Praça das Hortas, Campo das Malvas, assim como áreas intramuralha com quintais e ruas caracterizados pela presença de amendoeiras, figueiras e macieiras.

Com a intensificação das trocas comerciais motivadas pelos Descobrimentos, no século XVI, Lisboa é impulsionada para um patamar de liderança política, social e cultural, destacando-se das restantes cidades do País e da Europa. O Porto, apesar de beneficiar com esse impulso e de aumentar intensamente de população²⁸, passando de pouco mais de 5.000 habitantes no século XV para, nos finais do século XVI, serem cerca de 14.000 almas, e assistir a um crescimento do seu aglomerado urbano, mantém uma escala diminuta quando comparada com a capital.

No entanto, este crescimento durante o século XVI reflecte-se na diocese, que possuía próximo dos 20.000 fogos. Com este aumento significativo da população, um só pároco era pouco para uma diocese tão grande. Assim em 1583, D. Frei Marcos de Lisboa, já no período de ocupação filipina (1581-1621), e na tentativa de administrar melhor a cidade, sugere a criação de mais três dioceses: S. Nicolau, Nossa Senhora da Vitória, e de São João Baptista de Belmonte, para além da freguesia da Sé. Mais tarde, em 1604, D. Gonçalo Morais extingue a freguesia de São João Baptista de Belmonte.

Nos finais do século XVI, e até aos finais do século XVII, o espaço intramuros mantêm-se estabilizado ao nível da malha urbana, não se destacando novas ruas, mas sim consolidando as já existentes. Dentro da cerca velha, são construídos a igreja e o colégio de São Lourenço (1577), comumente conhecida como igreja dos Grilos. Além destes edifícios, seriam construídos o

.....
27 BARROS, J., *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto: Edição da Câmara Municipal do Porto, 1919, Coleção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa, vol. V.

28 DIAS, J. J. A., *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

mosteiro e a igreja de São Bento da Vitória, em 1604, um século depois do abandono dos judeus do Morro do Olival que, com a expulsão, tinham deixado um vazio urbano.

No início do século XVII, fora das muralhas, mas no caminho que atravessa a porta do Olival e toma a direcção de Braga, é construída a igreja dos Carmelitas ou igreja dos Carmelitas Descalços (1616-1618) e mais tarde, em 1701, é autorizada a construção do convento de S. José e Santa Teresa de Religiosas Carmelitas Descalças.

Por conseguinte, a cidade dentro das muralhas foi-se desenvolvendo até ao início do século XVIII, com a excepção da Rua Nova e da Rua das Flores, tendo como base os antigos caminhos que se foram edificando. Este tipo de desenvolvimento não permitiu que a urbe fosse estruturada e hierarquizada em ruas e praças. Onde podíamos encontrar, no velho burgo, algum desafogo era consequência do cruzamento de ruas, assim como a existência pontual de praças ou de largos.

No entanto, tendo como base o levantamento manuscrito²⁹ descritivo realizado por Manuel Pereira de Novaes, datado do século XVII, onde identifica praças e largos até aos finais desse século, assim como utilizando a sua designação própria de “Plaças y Plaçuelas”³⁰ a um conjunto de espaços amplos irregulares, podemos ainda identificar um conjunto de dez “praças” e de uma “plaçuelas”³¹, assim como constatar que dada a falta de definição e dimensão destes espaços, a área mais ampla e com maior importância que o burgo detinha situava-se “en la Puerta Principal de la Ribera, que es la de la Praça Principal desta ciudad”. Assim, Novaes identifica as seguintes praças: Ribeira, Santa Clara, Belmonte, Banhos, Terreiro, Porta do Olival, Santo Elói, S. Bento das Freiras, S. Domingos e a praça em frente do palácio do Marquês de Fontes. Apesar desta atribuição podemos observar que o próprio autor considera que todas as praças têm pouca regularidade como as praças de Belmonte, Santo Elói e S. Domingos. Para além disso, observa que a Rua Nova se poderia designar como sendo mais uma “Praça que Calle de transito ordinario” uma vez que a sua largura é muito “espaçosa”. Perante tal falta de definição espacial quando a Junta de Obras Públicas, no segundo quartel do século XVIII toma posse, promove uma política de transformação urbana e dá início a um processo que tenta regularizar ruas, largos e praças.

Assim, podemos concluir que o desenho urbano do Porto resulta essencialmente de dois aspectos importantes: um primeiro relacionado com as condições fisiográficas do terreno e o outro associado às condicionantes históricas. Na dimensão histórica, salientamos dois aspectos relevantes: a ocupação do território levada a cabo pelos Romanos, definindo centros de poder, o poder religioso na Sé e o económico na Ribeira, e o segundo motivado pela expansão marítima que estabeleceu uma estratégia para Portugal, que perdurou durante oito séculos, e que permitiu à cidade interagir com povos de outras paragens.

.....
29 DE NOVAES, M. P., *Anacrisis historial ... op.cit.*

30 *Idem.*

31 Novaes refere o lugar de S. Sebastião como sendo a única “praçuela”, no entanto Joaquim Jaime B. Ferreira Alves considera que se poderia designar de “praçuela” a; Sé, o chafariz da Sé: o açougue real; o paço episcopal e o corpo da guarda. FERREIRA-ALVES, J. J. B., *Formas urbanas do Porto setecentista: a praça intramuros*, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1997.

3. O AFORAMENTO PRIVADO E O ESPAÇO URBANO

Como referimos anteriormente, até aos finais do século do XIV, a cidade dividia-se entre a cota alta do Morro da Sé e a cota baixa da Ribeira. O espaço urbano na zona da Sé, apresentava um urbanismo irregular com ruas sinuosas e estreitas, com becos sem saída ou cheias de escadas, ou com muito declive, praças irregulares, pracetas e largos. Já na cota baixa da Ribeira e da Alfândega, zona de forte actividade económica e mercantil, a abertura da Rua Nova permitira introduzir um apontamento de ordenamento e de regularidade.

O Porto no século XV, segundo Sousa, deveria ter cerca de 5.000 pessoas, sendo que nesse período o clero foi perdendo autonomia na acção local em detrimento do governo central, desde que D. João I, em 1406, comprara o senhorio do burgo ao bispo D. Gil Alma³². Assim, o panorama sociopolítico transformava-se, passando de uma governação exclusivamente episcopal, para a instalação do poder concelhio.

Lembre-mos que os conflitos com o bispado eram frequentes e estiveram presentes na sequência do alargamento da Rua Nova (1395). Saliente-se também o facto de existir uma aparente transferência de poder, quando afinal continuavam as limitações do direito aos nobres na aposentadoria³³. Só no reinado de D. Manuel I, na sequência das reformas introduzidas, em 1509, é que a alteração ao direito de hospedagem permitiu que fidalgos mais próximos do poder régio fixassem residência na cidade, e passassem a assumir lugares com influência e decisão.

O aforamento da propriedade imobiliária, neste período, era repartida pelo concelho, pelo cabido, e pela mitra, que detinha a maioria de terras. Além destes, existiam outros proprietários como a Coroa, os conventos, instituições religiosas, o hospital Rocamador e alguns particulares. Apesar de o clero ter deixado de ser o senhorio do burgo, em 1406, continuava a ser proprietário de uma grande quantidade de terrenos rurais e de imóveis, concentrados sobretudo em torno da Sé. O regime que a mitra e o cabido, utilizavam para administrar os seus bens, era de forma indireta, através de um contrato enfiteútico, bastante utilizado na época, dado que permitia servir os interesses dos senhorios e enfiteutas³⁴.

Já os terrenos pertencentes à câmara, no início do século XV, estavam por edificar³⁵. No entanto, com o passar do tempo, os foros das propriedades passaram a ser uma das mais importantes fontes de receita para o concelho. Os imóveis de maior rentabilidade eram os edifícios residenciais por serem em maior número. Estes concentravam-se, de forma geral, junto ao morro do Olival, possuindo traços e características das casas medievais. No entanto, existiam também outros tipos de aforamento que eram emprazados como as hortas e os eixidos, podendo ser propriedades isoladas ou contíguas a imóveis residenciais, lojas, boticas, pelames,

.....
32 AFONSO, J. F., *A Rua das Flores no século XVI... op.cit.*

33 “Um grande grupo, não teve assento no Porto [...]. Como ele, também os abades bentos e os mestres e priores de Ordens militares. Era gente que os burgueses queriam longe dos muros e arrabaldes. Mas não se pode dizer que os movia, aos burgueses, sentimentos anticlericais ou antinobiliárquicos. As razões do afastamento, assiduamente reditas, são claras: protecção dos bens e das mulheres, visto que eles, burgueses, por motivos profissionais, habitualmente andavam fora e longe”. RAMOS, L. A. de O. (ed.), *História do Porto ... op.cit.* p. 205.

34 Para saber mais ver: DOS SANTOS, C. A. D., *Censual da Mitra do Porto: Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973.

35 AMARAL, L. C. e DUARTE, L. M., «Prazos do século e Prazos de Deus (Os aforamentos na Câmara e no Cabido da sé do Porto no último quartel do século XV)», *Revista da Faculdade de Letras*, 1984, série 2, vol. 1, p. 110.

estalagens, moinhos, assentos de aduelas e alguns fornos. Este tipo de aforamento pode explicar de certa forma a concentração nas ruas de determinadas funções ou ofícios. Além disso, existiam determinadas vielas e azinhagas que eram também aforadas a particulares, quer seja para passarem, quer seja para a colocação de pranchas que ligavam as habitações à muralha, como a instalação de bancas, para venda, ou de mós e aduelas. Assim se percebe que mediante aforamento poder-se-iam ocupar imóveis, terrenos e a via pública, criando muitas das vezes constrangimentos à mobilidade na cidade. No entanto, existiam também regras para o aforamento, como foi o caso da Rua Nova, onde existiam indicações precisas sobre a edificação³⁶. Nas propriedades régias, era utilizado o mesmo aforamento que utilizava a mitra e o cabido, autorizando o direito de uso da propriedade mediante o pagamento de um aluguer de longo prazo, que mediante o valor do investimento na propriedade era compensado pelo pagamento de rendas mais baixas. Assim permitia que os aforadores transformassem pardieiros em casas, e em determinados casos os imóveis degradados eram recuperados.

Assim, se percebe que apesar de existir o mesmo tipo de gestão da propriedade, existem diferenças substanciais no que respeita ao tempo do aforamento, que no caso da mitra e do cabido é por tempo limitado, e no caso da propriedade régia, é na maioria dos casos, indeterminado. Desta forma também se explica a diferença da qualidade das casas, já que no caso das casas aforadas ao clero eram utilizados materiais mais fracos e menos duradouras, dado que o investimento realizado era enquadrado num tempo limitado, sendo que no caso da propriedade régia, como a aforamento era por tempo indeterminado, os materiais eram melhores e mais duradouros.

No entanto, existiam semelhanças na implantação e na organização programática. Assim, as habitações que ladeavam as ruas tinham uma área de implantação pequena. As frentes das casas eram estreitas, sendo que quando existia a necessidade de aumentar a área, geralmente faziam em altura. Não existindo uma regra que definisse o limite máximo de construção em altura, este era estabelecido pelo limite construtivo. Por conseguinte os materiais utilizados, para além de variarem consoante o aforamento, alteravam também se a construção fosse em altura, sendo utilizados os sistemas construtivos mais pesados, nos pisos térreos, como paredes em pedra ou adobe, e à medida que os pisos subiam em altura utilizavam sistemas construtivos mais ligeiros como a madeira, os estuques e o colmo. A organização interior era simples, sem grandes preocupações formais: no piso térreo ficavam as lojas ou armazéns, no primeiro piso a cozinha, eventualmente com zonas de refeição e alguns quartos, sendo que nos pisos superiores, ou se repetia o programa do primeiro piso ou os espaços eram destinados a quartos. Em determinadas circunstâncias os sotãos eram utilizados como zona de armazenamento ou de secagem. Por vezes, nos últimos existiam também construções com avanços³⁷, varandas ou consolas, que, mediante a largura da rua, permitiam formar passagens aéreas, ou unir as casas.

No que respeita ao restante cenário envolvente a estas zonas, a muralha gótica contornava um conjunto de espaços de cariz mais bucólico, casas com hortas e jardins. Destas áreas destacaram-

.....
 36 No caso das edificações as casas deviam ter escadas, sobrados, repartimentos em madeira, cozinhas, chaminés, armários e “privadas”. Para saber mais ver TEIXEIRA, H. R. L., «Elites Sociopolíticas na Urbanização do Porto no Final da Idade Média», en MIRANDA, F., *Incipit I. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009–10*, 2012, p. 52.

37 No caso de Lisboa, estas ampliações tinham que obedecer a um regulamento: cada imóvel podia utilizar um terço da rua, reservando-se igual espaço para o outro lado, ficando somente o restante terço da rua aberto. GONÇALVES, I., *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais: Patrimonia, 1996.

se o monte do Olival, com a instalação da Judiaria, a Rua dos Caldeireiros e a Rua do Souto. Por conseguinte, o Porto, nos finais do século XVII, enunciava uma estrutura urbana de arquétipo radiocêntrico de cunho medieval, sendo a grande maioria das ruas e dos caminhos estreitos e tortuosos mas bem adaptados ao relevo. As muralhas e as ruas que as acompanham uniam uma teia de vias que partiam da Sé e extendiam-se pelas terras de entre o Douro e o Minho.

Com esta estrutura de ruas os quarteirões vão alterando a densidade de ocupação com construção à medida que se afastam do terreiro da Sé. Assim, os quarteirões no interior da primeira muralha são mais pequenos e apresentam-se bastante preenchidos com casario. Na zona exterior à muralha até ao rio da vila os quarteirões vão aumentando de tamanho, ainda que entre o rio da vila e a zona da ribeira não existam muitas zonas verdes. No entanto, à medida que os quarteirões se afastam do zona da Sé e se adossam à linha de cintura gótica, vão ficando cada vez maiores, e aí sim, existiam boas áreas verdes, ou de cultivo, o que se compreende uma vez que estas zonas eram hortas, pomares ou jardins.

Em geral estes quarteirões são definidos pela delimitação das cercas dos conventos, como é o caso do convento de S. Domingos, do convento de S. Francisco, convento de Santo Eloy ou o mosteiro de Avé Maria. Na zona do Monte do Olival, construiu-se a judiaria, onde mais tarde, com expulsão dos judeus, se implantaria o convento de S. Bento da Vitória. O mesmo acontece no exterior da muralha fernandina, com os quarteirões definidos pelo convento dos Congregados, o convento das Carmelitas, o recolhimento do Anjo ou ainda pelo hospital de Santo António.

Com a desamortização, apesar da tomada de posse dos conventos, os quarteirões como já estavam estabilizados com a construção de casas em torno destes, de uma forma geral não alteram a sua configuração. No entanto, existem algumas excepções onde os quarteirões acabam por ser divididos, devido à aberturas da Rua Mouzinho da Silveira e da abertura da Rua de S. João, ambas no século XIX, assim como com a abertura da Avenida da Ponte no século XX.

Assim, na configuração contemporânea da forma urbana do Porto, consequência da sucessiva expansão do velho burgo, o *centrum* das actividades económicas da cidade foi-se transferindo do Terreiro da Sé para a Ribeira, da Ribeira para o Largo de S. Domingos, e deste para a Praça da Liberdade.

4. CONCLUSÃO. A OCUPAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO: O CRESCIMENTO EXTRAMUROS E A CONSOLIDAÇÃO DO EDIFICADO.

A cidade até ao século XV confinava-se ao interior da muralha fernandina, e esta relação estanque era permeável através das várias portas e postigos que estavam distribuídos ao longo da muralha. O postigo dos Carros é um deles aberto em 1408, estabelecia a relação com o externo Campos das Hortas e com o Laranjal, e além disso ligava o velhíssimo caminho do Bonjardim, paralelo ao pequeno ribeiro de Liceiras, à estrada de Guimarães.

No decorrer do século XVI, o império português entrava num período de crise de poder, provocado pelo confronto interno, com a crise da sucessão de 1580, assim como com a carência de influência sobre o controle das suas colónias, culminando na perda da soberania para a Espanha. Na sequência desses acontecimentos, as receitas do burgo diminuem e a expansão urbana

abranda. Contudo, numa primeira fase, a ocupação filipina, implementou uma reestruturação no estado³⁸, que aparentemente melhorou a qualidade de vida das classes mais altas, assim como definiu uma estratégia associada ao porto fluvial, melhorando as condições de embarque, com as obras no cais da Ribeira, em 1593, a navegação no rio, com nova sinalização, e a gestão da Alfândega.

Já no período da Restauração³⁹, o aumento da produção agrícola, sobretudo vinho e cereais, e a sua comercialização, incrementa um período de crescimento económico acentuado, com um aumento significativo de embarcações no rio, lideradas pelos ingleses.

São justamente essas condições que influenciam o aumento significativo das gentes do Porto, passando a ser, nos finais do século XVII, quase o dobro, muito próximo de 18.800 almas. Adicionando a estas, segundo Lima⁴⁰, existiriam mais 30.000 forasteiros que fixaram residência dentro e nos arrabaldes do burgo. Este aumento de estrangeiros, atrai a vinda de pintores e de cronistas, como é o caso de Pier de Maria Baldi (1669) ou de H. Duncalf (1736), que deixaram um legado iconográfico fundamental para interpretar as alterações urbanísticas da cidade.

Apesar do crescimento da população, não existiam planos, por parte da administração do burgo, para a criação de novos polos de crescimento, por conseguinte, as áreas já urbanizadas iam-se densificando, enquanto no exterior da muralha a zona de Santo Ildefonso e de Miragaia ia aumentando a área do seu edificado, ao mesmo tempo que os caminhos que se dirigiam para o Norte do País iam aquartelando povoados rurais.

Durante este período, provavelmente pelo aumento da população, surgem na zona da Ribeira novas capelas, como é o caso da capela de Santa Isabel, onde a Venerável Ordem de São Francisco realizava culto, instalada numa primeira fase no interior do claustro de São Francisco, passando para o exterior em 1646. Segundo Alves, em 27 de Abril de 1676, após “contrato de fiança e de obrigação de obra de pedraria”⁴¹ dava-se início à construção de uma nova igreja no lado poente do convento.

Com a criação da freguesia de S. Nicolau décadas antes, a ermida do século XIII já não conseguia amparar tanta população para celebrações do culto. Nesse sentido em 1671 foi demolida e no seu lugar foi construída uma igreja. Apesar do crescimento da população, o clero secular continuava a liderar a gestão do património edificado, não projectando novas áreas de expansão na cidade. Nesse sentido, a população vai-se aquartelando através do aumento da densificação do quarteirão ou do crescimento dos edifícios em altura.

Por conseguinte, o processo de consolidação do edificado que se operou durante o período

.....
38 A reorganização do estado implicou o aumento do poder civil, e a criação do Tribunal da Relação, que exerceria jurisdição entre o Douro, Minho, Trás-os-Montes e Beiras.

39 Restauração da Independência é denominação atribuída ao golpe de Estado, realizado em 1 de Dezembro de 1640, promovida por quarenta conjurados, que acaba por desenrolar na instauração da independência de Portugal, com a aclamação de D. João IV.

40 DE LIMA, L. C., *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva, 1734-1736.

41 FERREIRA-ALVES, J. J. B., «Elementos para o Estudo da Arquitectura das duas primeiras Capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto», *Revistas da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, 2003, Série I, vol. 2, p. 347.

filipino, introduzia alterações na forma como a estrutura urbana da cidade se tinha desenvolvido. Até então, a cidade crescia, consequência da implantação de conventos, que se dispunham de forma concêntrica em relação ao edifício da Sé, fora da primeira muralha, e que geravam novos polos de crescimento. No entanto, os novos edifícios que foram construídos nesse período não detinham esse carácter polarizador e potenciador de crescimento urbano. Assim, entre 1603 e 1609, procurando intensificar o poder administrativo local, são construídos, no interior da muralha fernandina, perto da porta do Olival, a Cadeia da Relação e o Tribunal. Já no exterior da muralha, no Campo do Olival, é construída em 1619, a igreja dos Carmelitas. Mais tarde, após a Restauração da Independência, são construídos o Colégio dos Órfãos (1651) e o Recolhimento do Anjo (1672), na zona do Olival.

Oito anos mais tarde, na saída da porta dos Carros, na zona do Campo das Hortas, é construída uma capela, onde se iria instalar a Congregação de S. Filipe de Nery, que mais tarde amplia, transformando-a em igreja com mosteiro.

Outra das preocupações manifestadas no período filipino foi a de requalificar os espaços públicos, nomeadamente de melhorar a pavimentação de algumas calçadas, reformular a distribuição de água, assim como promover algum ordenamento junto dos conventos ou dos edifícios de recolhimento. Nesse sentido foram criadas alamedas com zonas arborizadas para que a população usufruísse de zonas de passeio e de lazer, além de que foram qualificados os terreiros da Batalha, do Olival e das Hortas. Este último, por estar mais próximo do grande eixo de entrada na cidade, acabaria por receber a instalação de uma fonte com um desenho arquitectónico mais vocacionado para o lazer, com a designação de Fonte da Natividade, ou da Arca.

Estas intervenções, não sendo qualificações profundas, apontariam as direcções necessárias para que no período da Junta das Obras Públicas, no século XIX, os espaços fossem consolidados e permitissem que a cidade se expandisse para fora das muralhas.